



Neto de Alfredo Buzaid se envolve em acidente em SP

Na noite desta sexta-feira (5/5), um carro com cinco menores caiu dentro de um lago no condomínio Aldeia da Serra, próximo a Alphaville, na Grande São Paulo. Três adolescentes que estavam no banco de trás morreram afogadas. O motorista de 16 anos, que sobreviveu ao acidente, é neto do ex-ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal Alfredo Buzaid.

O menor deve responder a uma sindicância por homicídio culposo (sem intenção de matar). “Há a falsa idéia de que menor não responde criminalmente, no entanto, a sindicância a que ele vai responder tem o mesmo procedimento de um processo criminal, inclusive as mesmas garantias”, afirmou o advogado do rapaz, **Mário de Oliveira Filho**.

O garoto pode ser condenado a até três anos de detenção na Febem. O pai do adolescente também pode responder a processo penal por permitir que pessoa não habilitada dirija. O caso foi registrado no Distrito Policial de Barueri.

Segundo Oliveira Filho, o rapaz perdeu o controle do carro em uma curva acentuada e caiu no lago. A parte traseira do carro afundou primeiro, o que tornou mais difícil a tentativa de sair das garotas que estavam no banco traseiro. As três tinham entre 14 e 15 anos. Neste sábado (6/5), os peritos do Instituto de Criminalística de Osasco (SP) estão no local do acidente colhendo informações para apurar as causas do acidente.

Processo Civil

Morto em julho de 1991, Alfredo Buzaid é autor do projeto que se transformou, em 1973, no Código de Processo Civil. Professor de importantes universidades, chegou ao cargo de vice-reitor da Universidade de São Paulo em 1969.

Teve intensa produção científica na década de 60, quando se firmou como referência nos estudos do processo civil. Foi ministro da Justiça de outubro de 1969 a março de 1974. Neste período, um de seus filhos, Alfredo Buzaid Júnior, foi apontado como suspeito da morte de Ana Lídia, uma garota de sete anos. Contudo, nada foi provado contra ele.

O professor foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 22 de março de 1982, do presidente João Figueiredo. Ocupou a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Cunha Peixoto. Ficou no Supremo por pouco mais de dois anos.

Date Created

06/05/2006